



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Págs.

Carta do Gabinete da Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher – Submete à Assembleia Nacional a Proposta de Lei das Grandes Opções de Planos para o Ano Económico 2025	140
Proposta de Lei n.º 32/XII/5.ª/2025 – Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico 2025.....	140

Proposta de Lei n.º 32/XII/5.ª/2025 – Que Aprova as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2025

Carta do Gabinete da Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher
Excelentíssima Senhora Presidente
da Assembleia Nacional
São Tomé

Ref.^a n.º 161/GM/MJAPDM/2025

Excelência,

Tendo sido aprovado o Programa do XIX Governo Constitucional no dia 13 do corrente mês, na reunião plenária da Assembleia Nacional e cumprindo com o preceituado na alínea b) do artigo 111.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, vimos pela presente submeter a Vossa Excelência, em anexo, a Proposta do Orçamento Geral e as Grandes Opções do Plano.

Sem mais assunto, reiteramos as cordiais saudações.

Gabinete da Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, em São Tomé, aos 21 dias de Fevereiro de 2025.

A Ministra, *Vera Gomes Cravid.*

Nota Explicativa

As Grandes Opções do Plano (GOP) para 2025 representam um compromisso firme com o desenvolvimento sustentável, a modernização do Estado e o bem-estar da população. Num contexto global mundial desafiante, marcado por tensões geopolíticas e impactos económicos adversos, São Tomé e Príncipe deve adoptar medidas estratégicas para reforçar a sua resiliência económica e social.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registou uma recuperação gradual, prevendo-se uma taxa de 3,1% em 2025, reflectindo o impacto das políticas económicas que se prevê implementar. A inflação homóloga, que em finais de 2022 atingiu 25,2% seguiu uma trajectória descendente, projectando-se 6,9% em 2025 e estabilizando em 5% até 2029, assegurando maior estabilidade para famílias e empresas.

A governação para 2025 assenta em cinco eixos estratégicos:

1. Fortalecimento da governança e proximidade com o povo – Reforçar a transparência, eficiência e participação cidadã na gestão pública.
2. Estímulo ao desenvolvimento económico e sustentável – Diversificar a economia, impulsionar o sector produtivo e atrair investimentos.
3. Promoção da justiça social e inclusão – Garantir acesso a serviços essenciais, reduzir desigualdades e fortalecer a protecção social.
4. Reforma e modernização administrativa – Melhorar a eficiência da administração pública através da digitalização e capacitação institucional.
5. Integração regional e diplomacia proactiva – Reforçar a presença internacional do País e dinamizar a diplomacia económica.

Para alcançar estes objectivos, o Governo promoverá um conjunto de medidas estruturantes, incluindo o fortalecimento da mobilização de recursos internos e externos e a dinamização da diplomacia económica, garantindo a sustentabilidade das contas públicas e o financiamento de projectos estratégicos.

As Grandes Opções do Plano para 2025 estão alinhadas com o Orçamento Geral do Estado (OGE), assegurando a coerência entre a política orçamental e as prioridades nacionais. Esta é uma visão ambiciosa, mas realista, que visa transformar São Tomé e Príncipe num país mais próspero, justo e competitivo no cenário internacional.

O Ministro de Estado da Economia e Finanças, *Garetth Haddad do Espírito Santo Guadalupe.*

Preâmbulo

A presente Lei aprova as Grandes Opções do Plano para 2025, que estão em articulação com o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2025, o Programa do XIX Governo Constitucional e demais documentos de política económica e social do Estado, visa a construção de um país mais justo, próspero e sustentável, em que a governação se baseia em princípios de transparéncia, proximidade com os cidadãos, e eficiência administrativa.

As Grandes Opções do Plano inscrevem-se na estratégia de desenvolvimento económico e social definida no Programa de Governação do XIX Governo Constitucional e alinharam-se aos engajamentos assumidos pelo Estado são-tomense a nível internacional, estruturando em programas e acções orientadas para a modernização do Estado, a dinamização da economia, a promoção da Justiça Social, e o fortalecimento da presença do País no cenário internacional.

As presentes GOP surgem num contexto económico e social mundial desafiante causado principalmente pelos conflitos militares na Europa e no Médio Oriente, com consequências negativas na economia do País, o que irá exigir do Governo a adopção de medidas urgentes para assegurar a resposta pontual a estas adversidades.

O Governo assume como prioritárias a resolução de quatro preocupações fundamentais, nomeadamente: i) modernização do Estado, ii) a dinamização da economia, iii) a promoção da Justiça Social, e iv) o fortalecimento da presença do País no cenário internacional.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 111º da Constituição da República, o Governo apresenta à Assembleia Nacional a seguinte Lei:

Artigo 1º

Objecto

Esta Lei institui na forma do anexo que a integra as Grandes Opções do Plano para 2025, estabelecendo para o período as prioridades de política económica e financeira e o programa anual do Governo.

São aprovadas as Grandes Opções do Plano para o ano 2025 que integram programas e medidas de política e acções que o Governo prescreve implementar.

Artigo 2º

Organização da Acção Governativa

Os domínios prioritários de intervenção preconizados nestas Grandes Opções assentam-se fundamentalmente nas áreas de modernização do Estado, a dinamização da economia, a promoção da justiça social, o reforço dos Sectores da Segurança e da Justiça, bem como o fortalecimento da presença do País no cenário internacional.

Artigo 3º

Grandes Opções do Plano

Constituem eixos das Grandes Opções do Plano os definidos pelo Governo para a presente Legislatura, a saber:

- I. Fortalecimento da governança e proximidade com o povo
- II. Estímulo ao desenvolvimento económico e sustentável
- III. Promoção da justiça social e inclusão
- IV. Reforma e modernização administrativa
- V. Integração regional e diplomacia proactiva.

Artigo 4º

Medidas, Acções e Projectos Orçamentais

Os programas, medidas, acções e projectos emanados das presentes Grandes Opções do Plano são contemplados e compatibilizados no âmbito do Orçamento do Estado para 2025.

Artigo 5º

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

A proposta das GOP para 2025 assentam na implementação de medidas de consolidação fiscal, privilegiando a orientação de recursos para os sectores que estimulem o crescimento económico,

salvaguardando os princípios de eficiência e equilíbrio das contas públicas, e de protecção das populações mais vulneráveis.

O Governo prossegue o cumprimento dos engajamentos assumidos no quadro do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras acordado com o Fundo Monetário Internacional para o período 2023-2026, em particular com as medidas de consolidação orçamental. De igual forma, caso necessário, o Governo tomará medidas adicionais às que constam no memorando acima mencionado, com vista a salvaguardar os objectivos definidos.

O Governo tomará medidas com vista a garantir o equilíbrio necessário, por forma a preservar o acordo cambial de paridade monetária existente entre São Tomé e Príncipe e Portugal, em vigor desde 2010.

Artigo 6.º Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor nos termos legais e produz retroactivamente os seus efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2025.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros, aos 20 de Fevereiro de 2025.

O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Américo d' Oliveira Ramos*.

O Ministro de Estado da Economia e Finanças, *Gareth Haddad do Espírito Santo Guadalupe*.

A Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, *Vera Maria Assunção Gomes Cravid*.

Proposta de Lei

Siglas e Abreviaturas

APCI – Agência Nacional de Promoção de Comércio e Investimentos

BCSTP – Banco Central de Tomé e Príncipe

BECAF – Base Experimental de Culturas Alimentares e Frutícolas

BECI – Base Experimental de Culturas Industriais

CACVD – Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica

CIAT – Centro de Investigação Agronómica

CNE – Centro Nacional de Endemias

COMPRAN – Projecto Comercialização Produção Agrícola e Nutrição

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DADR – Direcção da Agricultura e Desenvolvimento Rural

DGC – Dívidas do Governo Central

DGRN – Direcção Geral de Registo e Notariado

DGTH – Direcção Geral de Turismo e Hotelaria

DITEI – Direcção de Tecnologia de Informação

EHT STP – Escola de Hoteleira e Turismo de São Tomé e Príncipe

EISTP – Programa de Transição Energética e Apoio Institucional

EMAE – Empresa de Água e Electricidade

ENDE – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico

ENLCVBG – Estratégia Nacional de Luta Contra Violência Baseada no Género

ETA – Estação de Tratamento da Água

FAO – Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI – Fundo Mundial Internacional

GIABA – Grupo Intergovernamental de Acção Contra Branqueamento de Capital na África Ocidental

GOP – Grandes Opções do Plano

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEC – Informação Educação e Comunicação

IGAP – Inspecção Geral da Administração Pública

IJ – Instituto da Juventude

INE – Instituto Nacional de Estatística

MDAI – Ministério da Defesa e Administração Interna

NEE – Necessidades Educativas Especiais

ONG – Organização Não Governamental

PDC – Projecto Desenvolvimento de Competências

PEFA – Despesa Pública e Responsabilidade Financeira

PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PNLCP – Programa Nacional de Luta Contra Paludismo
PNSTP – Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe
RAP – Região Autónoma do Príncipe
SCN – Sistema de Contas Nacionais
SIS – Sistema de Informação Sanitária
SNPCB – Serviço Nacional de Bombeiros
SNS – Sistema Nacional Sanitário
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UIF – Unidade de Informação Financeira
UMF – Unidade Macro Fiscal
ZEE – Zona Económica Exclusiva

1. Introdução

Segundo a alínea 3 do artigo 23.º da Lei 3/2007, SAFE, as Propostas do Orçamento Geral Estado submetidas pelo Governo à aprovação da Assembleia Nacional devem ser sempre acompanhadas das respectivas Grandes Opções do Plano (GOP), enquanto um dos elementos justificativos da política orçamental. Neste sentido, as GOP constituem um documento de política fundamental no processo orçamental, na medida em que delinea as políticas económicas e sociais, fornecendo um enquadramento para as decisões orçamentais.

No Programa de governação, o Governo elegeu a construção de um país mais justo, próspero e sustentável, em que a governação se baseia em princípios de transparência, proximidade com os cidadãos, eficiência administrativa e mais e melhor justiça. Para que isso aconteça, traçou acções específicas para a modernização do Estado, a dinamização da economia, a promoção da justiça social, mais segurança e protecção dos direitos dos cidadãos e o fortalecimento da presença do País no cenário internacional.

Assim, face aos desafios que a situação do País impõe, as opções definidas pelo Governo no Programa de governação para a legislatura incidem sobre cinco eixos:

- I. Fortalecimento da governança e proximidade com o povo
- II. Estímulo ao desenvolvimento económico e sustentável
- III. Promoção da justiça social e inclusão
- IV. Reforma e modernização administrativa
- V. Integração regional e diplomacia proactiva

São Tomé e Príncipe, na qualidade de signatário do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas no horizonte 2030 (Agenda 2030) e da Agenda 2063 da União Africana, entre outros engajamentos internacionais, através do seu Governo, comprometeu-se em prosseguir com os esforços com vista a alcançar as metas neles definidos.

Para além da introdução, este documento integra seguintes capítulos. O primeiro capítulo analisa o desempenho dos principais indicadores de conjuntura macro-económica e as perspectivas para 2025. O segundo capítulo faz o balanço das principais acções implementadas no ano que termina, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos. O terceiro e último capítulo apresenta as principais linhas de Acção governativa para 2025, compreendendo medidas de política para os diferentes sectores, inseridos nos eixos estratégicos do Programa do Governo.

2. Enquadramento Macro-Económico

2.1 Economia Internacional

A economia mundial apresentou um crescimento de 3,2% em 2024, com projecções para um crescimento de 3,3% nos anos de 2025 e 2026. As economias avançadas cresceram 1,7% em 2024 e devem crescer 1,9% em 2025 e 1,8% em 2026, enquanto as economias de mercado emergentes e em desenvolvimento cresceram 4,2% em 2024 e estão projectadas para um crescimento mais robusto, de 4,2%, tanto em 2025, e 4,3% em 2026.

Tabela 1: Evolução da Economia Internacional (em %)

	Real	Real	Est.	Projecção	
	2022	2023	2024	2025	2026
PIB Mundial	3,5	3,3	3,2	3,3	3,3
Economias Avançadas	2,6	1,7	1,7	1,9	1,8
Estados Unidos	1,9	2,9	2,8	2,7	2,1
Zona do Euro	3,4	0,4	0,8	1,0	1,4
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,1	4,4	4,2	4,2	4,3
China	3,0	5,2	4,8	4,6	4,5
África Subsaariana	4,0	3,6	3,8	4,2	4,2
Inflação Mundial	8,7	6,7	5,7	4,2	3,5
Economias Avançadas	7,3	4,6	2,6	2,1	2,0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	9,8	8,1	7,8	5,6	4,5

Fonte: World Economic Outlook, de Janeiro de 2024

Economia dos Estados Unidos

No segundo trimestre de 2024, a economia dos EUA mostrou resiliência, com melhorias nos sectores industrial e de serviços. Contudo, houve sinais de moderação no consumo privado, com as vendas a retalho desacelerando para 2,5% em termos homólogos nos meses de Abril e Maio, comparados aos 3,6% registados em Março. Espera-se que a economia americana cresça 2,7% em 2025, ficando abaixo do 2,8% registado em 2024. Para 2026, prevê-se uma desaceleração para 2,1%, devido ao esperado abrandamento do consumo privado e à contribuição negativa das exportações líquidas.

Economia da Zona Euro

A Zona Euro registou sinais de recuperação no início de 2024. O PIB cresceu 0,3% em cadeia no primeiro trimestre, revertendo a contracção de -0,1% observada no período anterior. Essa recuperação foi impulsionada pelo consumo privado e pelas exportações líquidas, embora com disparidades entre os Estados-Membros. Em 2024, o crescimento foi de 0,8%, mas a Alemanha enfrentou uma contracção de -0,2% devido aos impactos contínuos da pandemia e da guerra Rússia-Ucrânia, que prejudicaram sua indústria. Para 2025, projecta-se um crescimento moderado de 1,0% na região.

Economia da China

A China registou um crescimento de 4,8% em 2024, com previsões de desaceleração para 4,6% em 2024 e 4,5% em 2025. Apesar desse arrefecimento, influenciado por factores estruturais como o envelhecimento populacional, o crescimento permanece acima da média global, sustentado pelo aumento do consumo interno e pela competitividade de suas exportações em sectores como veículos eléctricos, baterias e painéis solares.

África Subsariana

As previsões para a África Subsariana em 2025 indicam uma recuperação económica moderada, com um crescimento projectado de 4,2%, superior aos 3,8% estimados para 2024. Este aumento é impulsionado pelo crescimento do consumo privado e pela diminuição da inflação.

No entanto, o crescimento económico na região continua abaixo da média registada entre 2000 e 2014, o que limita o impacto na redução da pobreza. Além disso, a inflação, embora em declínio, permanece elevada em comparação com os níveis anteriores à pandemia de COVID-19.

A região enfrenta desafios significativos, incluindo tensões geopolíticas, alterações climáticas que afectam a agricultura e a produção de energia, e instabilidade política. Apesar disso, espera-se que a economia africana cresça 3,7% em 2024 e 4,3% em 2025, demonstrando a resiliência das economias africanas.

Para sustentar este crescimento e reduzir eficazmente a pobreza, são necessárias políticas transformadoras que abordem as desigualdades estruturais e promovam um desenvolvimento mais equitativo. A implementação de reformas que melhorem as infra-estruturas, reduzam a burocracia e

fortaleçam o comércio regional será crucial para alcançar um crescimento económico sustentável na África Subsaariana.

Inflação Global

O processo de desinflação tem avançado mais rapidamente em economias avançadas, enquanto permanece mais lento em economias emergentes e em desenvolvimento, como as da África Subsaariana, onde se insere São Tomé e Príncipe. A inflação global atingiu 5,7% em 2024, abaixo dos 6,7% de 2023, e acima de 4,2% projectado para 2025. Contudo, factores como a pressão inflacionária no sector de serviços, interrupções nas principais rotas de transporte marítimo, incluindo o Canal de Suez, e desafios estruturais das economias emergentes têm dificultado uma redução mais acentuada nos preços.

Matérias-Primas e Energia

O índice global de matérias-primas registou uma queda de 31,9% em 2023, com destaque para a redução de 42,7% na componente energética e de 10,8% na alimentar. No entanto, os conflitos no Médio Oriente interromperam o processo de queda nos preços. O preço médio do barril de petróleo bruto situou-se em 78,7 USD em 2024, comparado aos 80,8 USD de 2023. Em Janeiro de 2025, o preço do barril estava em 78,2 USD.

2.2 Economia Nacional

Contexto Económico Nacional de São Tomé e Príncipe

Nos últimos anos, São Tomé e Príncipe enfrentou uma série de choques que afectaram significativamente a sua economia. Entre eles destacam-se: a pandemia de COVID-19, as inundações de Dezembro de 2021, que causaram graves danos à infra-estrutura e à produção alimentar, a crise energética, o aumento dos preços internacionais das matérias-primas, a guerra na Ucrânia (desde 2022) e, mais recentemente, o conflito no Médio Oriente. Esses eventos continuam a repercutir-se na economia do País.

Um dos maiores choques externos ocorreu no início de 2023, quando a SONANGOL, um dos principais fornecedores de combustível, cessou os fornecimentos a crédito, resultando em um grande défice de financiamento externo. Além disso, atrasos na obtenção de um programa de assistência junto ao FMI deteriorou a escassez de financiamento, impactando negativamente a execução do Orçamento Geral do Estado de 2024 e o nível das Reservas Internacionais Líquidas (RIL).

Crescimento do PIB e Perspectivas Futuras

Apesar dos desafios, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,4% em 2023, representando uma leve recuperação de 0,2 pontos percentuais em relação a 2022. Até o final de 2024, espera-se um crescimento de 0,9%, sustentado principalmente pelo aumento na produção e exportação de cacau, incremento do fluxo turístico e melhorias no sector energético. Projecções indicam crescimento de 3,1% em 2025 e 4,8% em 2026, impulsionado por investimentos em infra-estrutura pública, como a requalificação da Marginal e do Aeroporto.

Inflação e Tendências

A inflação apresentou uma trajectória decrescente, passando de 25,2% em 2022 para 17,1% em 2023. Em 2024, o índice inflacionário situou-se em 11,6%, para os próximos anos, espera-se que a inflação desacelere para 6,9% em 2025 e estabilize em torno de 5% até 2029. Essa tendência é influenciada pela emigração, que reduz o consumo doméstico, e pela introdução do IVA que, apesar de impactar negativamente a oferta, corrige distorções nos preços.

Finanças Públicas

No âmbito das finanças públicas, o saldo primário doméstico em percentagem do PIB para 2024 é estimado em -0,5%, representando uma melhoria em relação ao défice de -1,9% de 2023. Já o saldo global base compromisso deve alcançar um superavit de 3,7% do PIB. O Orçamento de 2024 prevê um aumento das despesas primárias internas em 10,4%, abaixo da inflação projectada, com destaque para investimentos com recursos internos (0,8%), despesas com pessoal (8,3%) e transferências correntes (2,8%).

As receitas correntes totais, excluindo bónus petrolíferos, devem crescer 16,4%, impulsionadas principalmente por um aumento de 14,2% nas receitas fiscais, embora as receitas não fiscais apresentem uma ligeira redução de 2,7%.

Sector Monetário e Dívida Pública

O activo externo líquido totalizou 1.430,93 milhões de dobras no segundo trimestre de 2024, um aumento de 0,03% em relação ao mesmo período de 2023. O activo interno líquido, por outro lado, apresentou uma redução de 0,17%, atingindo 1.864,62 milhões de dobras. A massa monetária diminuiu 0,06% em relação ao período homólogo, reflectindo uma ligeira contração da liquidez.

As reservas internacionais brutas totalizaram 57,6 milhões de dólares no segundo trimestre de 2024, uma redução de 6 milhões em relação ao ano anterior. A dívida pública totalizou 600,9 milhões de dólares no primeiro trimestre de 2024, uma redução de 2,7 milhões em comparação a 2023. O estoque da dívida do Governo Central foi de 336,5 milhões de dólares, divididos entre 236,2 milhões de dívida externa e 100,3 milhões de dívida interna.

A redução no estoque da dívida pública deve-se, principalmente, à reclassificação de dívidas da Itália e Nigéria como passivos contingentes, por se tratar de atrasados externos pendentes há muitos anos.

O cenário económico de São Tomé e Príncipe aponta para uma recuperação gradual no médio-prazo. Apesar dos desafios estruturais e externos, medidas como estabilização energética, investimentos em infraestrutura e reformas fiscais são passos importantes para impulsionar o crescimento sustentável e a estabilidade macro-económica no País.

Tabela 1 – Principais Indicadores Macro-económicos

Descrição	2021	2022	2023 Est.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.	2027 proj.	2028 proj.
<i>Variação Percentual Anual</i>								
PIB Real	1,9	0,2	0,4	0,9	3,1	4,8	4,1	3,5
Taxa de Inflação (fim-de-período)	9,5	25,2	17,1	11,6 ¹	6,9	5,0	5,0	5,0
<i>% PIB</i>								
Saldo Orçamental Primário	-5,1	-5,5	-1,8	-0,5	1,0	1,5	2	2
Balança Corrente	-20,2	-14,7	-12,3	-9,8	-8,1	-6,0	-3,9	-3,1
Dívida Pública	73,9	69,7	49,9	41,4	35,1	30,6	27,1	-

Fonte: BCSTP/ UMF (dados de Setembro); Gabinete da Dívida Pública, cálculo do autor (dados do Plano anual de endividamento 2024)

3. Balanço das Grandes Opções do Plano 2024

Esta secção apresenta o balanço das acções governativas desenvolvidas pelo XVIII Governo, durante o Exercício Económico de 2024.

Eixo 1: Fortalecimento da governança e proximidade com o povo

A Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas foi elaborada em Novembro de 2023, com o objectivo de fortalecer a capacidade institucional do Governo em termos de gestão financeira. No quadro das medidas previstas no sector responsável pelas aquisições públicas, destaca-se em 2024 a aprovação de normativos para a actualização do Regulamento de Licitação e Contratações Públicas (Lei n.º 8/2009), incluindo: a Proposta de Lei dos Contratos Públicos, o Projecto de Estatuto Orgânico da nova Autoridade Reguladora dos Contratos Públicos e a Proposta do Regime Orgânico e Funcional da Comissão de Mediação em Contratos Públicos. Também foram elaborados documentos para licitação, relatórios de avaliação e manuais de procedimentos, entre outros instrumentos. Paralelamente, começaram os trabalhos para a criação do Portal dos Contratos Públicos e a elaboração do Plano Estratégico e Operacional de Contratação Pública (2025-2030), com a contratação de um consultor principal, em colaboração com um consultor nacional, para auscultar diversas entidades públicas e privadas, visando a recolha de dados e contribuições.

O controlo e auditoria interna foram fortalecidos com a conclusão de cinco auditorias financeiras pela Inspecção Geral das Finanças (IGF), às instituições públicas, incluindo a Missão Diplomática na República

¹ Dado real de 2024

Portuguesa, o Centro de Saúde de Mé-Zóchi, o Instituto Marítimo Portuário (IMAP), o Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) e o Instituto Nacional de Estradas. A IGF também foi dotada de material informático e beneficiou de acções de capacitação. Os técnicos da IGF participaram em formações e seminários promovidos pela República Popular da China, abordando temas como a mobilização de receitas internas para o reforço da estabilidade fiscal em África, a gestão macro-económica para os países de língua portuguesa e a administração pública para esses países. Além disso, a IGF concluiu a implementação de um sistema informático para monitorizar as recomendações das auditorias realizadas pelas Inspecções e Serviços de Controlo (ISC). A criação de um núcleo de informática, com a contratação de um técnico, visou fortalecer o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na instituição.

Em consonância com o Plano Estratégico da Direcção dos Impostos 2024-2026, foram implementadas acções para aprimorar a administração do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Entre as principais medidas, destaca-se o reforço do quadro de pessoal da Secção de Brigada de Fiscalização, com a duplicação do número de efectivos, o que visa intensificar as acções de fiscalização junto aos contribuintes. Além disso, foram desenvolvidas várias melhorias no Sistema de Informação Tributária (SIT) para optimizar a gestão do IVA. Essas melhorias incluíram a integração do SIT-IVA com o e-Factura, a implementação de sistemas para o tratamento de facturas emitidas ao Estado, bem como melhorias na segurança e nos backups dos sistemas *Lentlá* e e-Fatura. Também foi realizada a optimização da comunicação de facturas entre emitentes e adquirentes, a implementação de funcionalidades para o pagamento presencial do Documento Único de Cobrança do Estado (DUCE) e a criação de *scripts* para exportação de dados e resolução de problemas técnicos nos sistemas. Para garantir a conformidade com o Decreto n.º 16/2021, que exige o uso de terminais POS pelas entidades públicas e privadas prestadoras de serviços públicos, foi introduzido o Sistema POS de Rede Dobra 24 na Direcção dos Impostos, com o objectivo de promover maior fiabilidade e segurança no processo de arrecadação de receitas.

O esboço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2025-2039 foi elaborado, enquanto documento orientador para garantir uma transição suave de São Tomé e Príncipe para o estatuto de país de desenvolvimento médio, previsto para Dezembro de 2024. Este plano estabelece metas claras e prioridades estratégicas para promover o crescimento sustentável em diversas Áreas, como Educação, Saúde, Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental. Para além disso, no âmbito da implementação da Agenda 2030 (ODS) das Nações Unidas e da Agenda 2063 da União Africana, foi produzido o Livreto da Agenda 2063, que resume a situação de implementação em São Tomé e Príncipe entre 2014 e 2023.

3.1 Reformas institucionais e processuais

Reforma da Administração Pública

Foi adoptada a Estratégia de Reforma da Administração Pública 2023-2030, que visa munir os órgãos da Administração Pública de instrumentos essenciais para a continuidade e consolidação do processo de reforma. No quadro da implementação da Estratégia, foi criado através do Decreto n.º 25/2024 o Serviço Público Integrado (SPI) e inaugurado a primeira agência do SPI em Mé-Zóchi, na cidade da Trindade, com o compromisso de expandir a cobertura a todos os Distritos e implementar a governação electrónica. O SPI aproxima os serviços públicos da população, reduzindo custos de deslocação, melhorando a gestão do tempo e promovendo celeridade, transparência e inclusão.

Foi efectuada a primeira monitorização e recenseamento dos funcionários públicos, activou-se a gestão dos recursos humanos públicos ao nível nacional e iniciou-se o processo integrado de informatização da gestão de recursos humanos, tendo nesse contexto sido adoptado o Estatuto da Direcção da Administração Pública, reforçando assim o seu papel na reforma, no controlo e na inspecção dos serviços públicos.

Com o objectivo de garantir a formação permanente e regular dos funcionários públicos e do Sistema de Justiça, foi aprovado um projecto ambicioso (2024-2026) para capacitação de quadros e procedeu-se à assinatura de um protocolo de financiamento com a Agência Brasileira de Cooperação para a construção do Instituto Nacional de Formação de Justiça e Administração Pública. A parceria visa melhorar a qualificação e a eficiência dos serviços públicos, promovendo boas práticas e reforçando a modernização institucional.

No que se refere ao reforço da democracia, foram elaborados os documentos de base indispensáveis para a implementação das recomendações do Relatório dos Observadores da UE 2022 para a melhoria do sistema eleitoral, baseados no reforço do quadro legal, a introdução de recenseamento eleitoral automático a partir dos dados de identificação civil dos cidadãos, a Comissão Eleitoral Permanente, a Observação Eleitora Nacional, a Comunicação Social. O trabalho foi feito na base de permanente diálogo com os

partidos políticos e a sociedade civil. Foi assinado o financiamento com UE para início de implementação em 2025.

Modernização, informatização e digitalização do Estado

A partir das directrizes da Estratégia de Reforma da Administração Pública e da Estratégia Nacional de Governação Electrónica, iniciou-se o processo de levantamento dos procedimentos e dos programas informáticos que permitam maior celeridade e transparência, cuja aplicabilidade pode ser estendida a toda a Administração Pública. Foi promovida a adopção de soluções informáticas e digitais que beneficiem tanto os serviços como os cidadãos, bem como o estudo e a análise para o reforço do INIC e da Cibersegurança. Adicionalmente, deu-se início ao Projecto Piloto para a criação do Bilhete de Identidade Electrónico, em parceria com o MOSIP e o Banco Mundial.

Foi reforçado o quadro legal na matéria de informatização e digitalização, assim como aprovou-se os principais instrumentos na matéria, de referir a Lei 1/2024, Quadro de Interoperabilidade, que é um acordo inter-organizacional em que é definido um conjunto de políticas, normas técnicas e orientações, e serve como uma ferramenta para alcançar a interoperabilidade de sistemas de informação e de serviços do Sector Público; a Lei n.º 08/2024, Lei de Videoconferência, que representa também um marco no sistema judicial, permitindo a realização de depoimentos e julgamentos através de plataformas digitais autorizadas. Esta inovação não só moderniza os procedimentos judiciais, como também aumenta a celeridade e eficiência dos processos, reduzindo custos e dificuldades logísticas associadas às deslocações físicas. Através do Decreto-Lei n.º 08/2024, Reconhecimento Notarial de Actos Telemáticos, criou-se o regime jurídico aplicável à realização, através da telemática, de actos autênticos, de assinatura electrónicas, dos termos de autenticação de documentos particulares e reconhecimentos que requerem a presença dos intervenientes perante servidores públicos, conservadores de registos ou notários. Foi concluído e aprovado no Conselho de Ministros o Decreto de Assinatura Electrónica.

Tendo em conta o importante papel da Direcção Geral do Registos e Notariado para edificação e a centralidade do processo de informatização, foram realizadas melhorias de condições e prestação de serviços. Instalou-se a capacidade para emissão do Bilhete de Identidade na Região Autónoma do Príncipe e a ligação directa entre a base de dados do Sistema de Gestão dos Assentos e os principais serviços consulares. Institucionalizou-se o dia 16 de Setembro, Dia Nacional da Identidade.

Sistema judiciário e combate a criminalidade

No que se refere ao combate de criminalidade a protecção das crianças contra violência e abuso sexual, foi levada a cabo uma mobilização nacional, com a realização no mês de Março, mês da Justiça, sob o lema «Proteger a Infância Para um Mundo Melhor», realização da Conferência Nacional sobre a violência contra as crianças, a criação e activação de vários mecanismos como um número para denúncias públicas, a declaração nacional de tolerância zero a crime de abuso sexual de menores, a eliminação de cobranças dos serviços prestados às vítimas de abuso sexual nos serviços públicos, a aprovação de um fluxograma que integra todas as instituições intervenientes na protecção das crianças, especificamente os Fluxos e Directrizes para Protecção de Crianças Vítimas, a Declaração de Compromisso, a institucionalização do dia 12 de Maio como o Dia Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso Sexual e submetido à Assembleia Nacional o pedido de autorização para legislar sobre o Estatuto das Vítimas.

Iniciou-se o processo de restruturação da Polícia Judiciária, ao nível organizativo, meios, capacitação, recrutamento de pessoal e melhorias dos meios de actuação e de investigação criminal. Iniciou, com apoio de Portugal e UE o processo para reforçar a capacidade da Polícia Judiciária com meios de investigação criminal, a implementação de um centro de medicina legal e forense no País e o que vai permitir colmatar o problema de recolha e preservação de elementos probatórios, indispensáveis na matéria de investigação para o combate a criminalidade.

Os serviços prisionais foram reforçados com a construção de casernas com capacidade para 50 reclusos e início do projecto de colónia prisional em Campo Grande e outras actividades inseridas no âmbito de reinserção social.

Implementação das acções no âmbito do Processo de Reforma da Justiça com financiamento do PNUD, particularmente na Área de Reforço de Capacidade das Instituições de Justiça, estando na fase de teste o Sistema de Gestão Processual, conclusão das obras do Tribunal de Primeira Instância de Água Grande e o edifício onde irá albergar o previsto Tribunal de Caué e concluiu-se a primeira fase da reabilitação do Tribunal da Região Autónoma do Príncipe (RAP). Deu-se início à segunda fase de reabilitação do Tribunal

de RAP e a construção da sala integrada de atendimento, registo para memória futura e julgamento de crimes contra menores no Tribunal de Primeira Instância de Água Grande. Procedeu-se à colocação de Procuradores do Ministério Público na RAP e em Caué.

O Governo estabeleceu uma importante parceria com a Comissão para a Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBC) e iniciou-se a implementação do novo ciclo de Projecto de Reforma da Justiça e de Segurança com o financiamento do fundo da referida Comissão.

3.2 Género

No âmbito das políticas de género, foram realizadas várias iniciativas. O Dia Internacional da Mulher foi marcado por palestras e acções de sensibilização, culminando em um acto central. No Dia da Mulher Africana, foi organizado um debate sobre «Gestão do Orçamento Familiar: Conciliação com as Tarefas Domésticas e Actividades Profissionais», acompanhado de um piquenique. O Instituto Nacional de Promoção da Mulher e Género (INPG), com financiamento do Projecto PRIASA II, realizou um Fórum direcionado a mulheres com iniciativas empresariais, que culminou numa acção de capacitação em Elaboração de Planos de Negócio para mulheres empreendedoras. Além disso, com apoio do FNUAP, o INPG promoveu uma formação para 20 mentores da Comunidade de Uba-Budo, focada na Integração do Género no Desenvolvimento. Acções de sensibilização sobre o tema foram também realizadas com 166 agricultores e agricultoras das Comunidades de Camavo e Uba-Budo, no Distrito de Cantagalo. Estas acções visam promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, integrando-as activamente no desenvolvimento económico e social.

Eixo 2: Estímulo ao desenvolvimento económico e sustentável

Agricultura

As acções no âmbito da intensificação da produção e diversificação agrícola têm sido conduzidas pelo Governo no contexto de programas estruturantes, nomeadamente a segunda fase do Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar (PRIASA-II), o Projecto de Apoio à Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição (COMPRAN) e o Projecto de Apoio às Fileiras Agrícolas de Exportação (PAFAE). Paralelamente, têm sido implementados diversos projectos de cooperação técnica financiados por parceiros internacionais, destacando-se, entre outros, o projecto FISH4ACP, que visa promover cadeias de valor sustentáveis no sector agro-alimentar e pesqueiro.

No âmbito das acções de capacitação, técnicos da Direcção de Estudos e Planeamento do MAPDR beneficiaram de formação em seguimento e avaliação de projectos, incluindo o manuseamento de software especializado, com apoio do Projecto COMPRAN. Agricultores das comunidades de Camavo e Uba-Budo participaram em formações sobre técnicas agrícolas, financiadas pelos projectos COMPAN e PAFAE, resultando na capacitação de 20 técnicos. No quadro do PAFAE, foram também capacitados 17 empreendedores (14 de São Tomé e 3 do Príncipe) em Planeamento e Gestão de Negócios, que receberam subvenções no valor de 7.500 euros para iniciarem ou melhorarem os seus negócios agrícolas.

Além disso, 25 horticultores das regiões de Monte Café, Amparo II, São José e Roça Saudade foram certificados por adoptarem normas de produção biológica, através do Sistema de Participação de Garantia (SPG). No CATAP, realizaram-se formações sobre empreendedorismo e agro-pecuária, onde 31 jovens concluíram cursos de curta duração em empreendedorismo pecuário e 32 jovens desenvolveram planos de negócios no final da formação em agro-pecuária, capacitando-os para implementar projectos sustentáveis e inovadores no sector agrícola.

No âmbito do reforço de infra-estruturas e equipamentos agrícolas, foram adquiridas 20 motorizadas Suzuki destinadas ao Recenseamento Geral Agrícola, com o objectivo de facilitar o trabalho de campo e garantir maior eficiência na recolha de dados sobre a produção e actividades agrícolas no País. Adicionalmente, foram apetrechados três laboratórios com equipamentos especializados, através dos projectos COMPRAN e PRIASA II, visando o fortalecimento da capacidade para análise de solos, sementes e outros componentes essenciais ao desenvolvimento agrícola.

No âmbito das actividades do Centro de Aperfeiçoamento Agro-pecuário (CATAP) e da Base Experimental de Culturas Alimentares e Frutícolas (BECAF), foram realizadas experiências de aperfeiçoamento de técnicas de produção agrícola, focadas em culturas alimentares como feijão, milho, banana-pão, amendoim, soja e mandioca. Estas acções permitiram testar e implementar práticas que visam o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade. Paralelamente, foram produzidas mudas de espécies frutícolas e hortícolas, essenciais para diversificar a produção e fortalecer a segurança alimentar.

No âmbito do projecto COMPRAN, foram adquiridas sementes agrícolas e outros insumos destinados à loja LAINA, assegurando a disponibilidade contínua de produtos essenciais e prevenindo rupturas de stock no mercado nacional. Adicionalmente, com o apoio da FAO, foram distribuídos aproximadamente 100 000 materiais vegetais de culturas alimentares à agricultores de várias comunidades, numa acção coordenada pela Direcção de Agricultura, promovendo assim o fortalecimento da capacidade produtiva local.

As actividades de fiscalização de terras agrícolas foram realizadas em todos os Distritos, abrangendo um total de 31 zonas agrícolas até ao final do terceiro trimestre. A distribuição por Distrito foi a seguinte: Mé-Zóchi com 5 zonas, Lobata com 8 zonas, Cantagalo com 7 zonas, Água Grande com 6 zonas, Lembá com 3 zonas e Caué com 2 zonas. Adicionalmente, procedeu-se à desanexação de terras agrícolas nas comunidades de Laranjeira e Correia, uma medida importante para a reorganização e optimização do uso do solo agrícola.

3.3 Formação profissional e emprego

No âmbito da formação profissional, o Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe (CFP-STP) implementou actividades para promover as competências dos jovens e a oferta formativa. Destacam-se a criação do site oficial para melhorar a comunicação sobre cursos e oportunidades; a realização de sessões de informação e orientação profissional, para orientar jovens candidatos aos cursos em São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe (RAP); a elaboração e apresentação do projecto para a construção de novas salas de aula, auditório e oficina de mecatrónica; e a promoção de feiras de divulgação das oportunidades formativas em várias escolas do País, como o Liceu Nacional, Liceu Margarida Manuel, Liceu Mé Xinhô, entre outras.

No âmbito da regulamentação da Lei n.º 6/2019, que aprova o Código do Trabalho, foram contratados consultores para rever a Lei e de um perito para trabalhar na criação do Centro de Arbitragem para Conflitos Laborais. Igualmente, a Direcção do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DTEFP) realizou várias acções, incluindo a mediação e conciliação de conflitos laborais, a organização de feiras de emprego e formação profissional em vários distritos e a certificação de cursos de curta duração nos centros de formação profissional.

No 1.º semestre deste ano, a Inspecção Geral do Trabalho (IGT) realizou actividades para reforçar a fiscalização das condições de trabalho. Foram efectuadas visitas inspectivas e de acompanhamento aos trabalhadores, com foco no cumprimento das normas laborais e na segurança e higiene no ambiente de trabalho. Além disso, a IGT realizou visitas conjuntas com outros serviços da Administração Pública, como a Polícia Económica, o Instituto Nacional da Segurança Social, a Direcção do Trabalho e os Serviços de Migração e Fronteira.

3.4 Transição Energética

Relativamente à transição energética, foram implementadas iniciativas para promover soluções energéticas sustentáveis e garantir o acesso universal à energia, em articulação com Plano de Acção Nacional de Eficiência Energética (PANEE) e o Planos de Acção Nacional das Energias Renováveis (PANER). Entre os principais projectos, destacam-se o Projecto Acesso à Energia Limpa e Sustentável (AEELS), o Projecto de Recuperação do Sector Eléctrico (PRSE), o Programa de Transição Energética e Apoio Institucional (ETISP) e o África Minigrid.

O AEELS visa expandir o acesso à energia limpa, promovendo soluções como a energia solar para comunidades remotas. O PRSE foca na modernização da infra-estrutura eléctrica do País, melhorando a eficiência e fiabilidade do sistema, enquanto o ETISP integra a transição energética com o fortalecimento das instituições, capacitando os profissionais para a implementação de políticas energéticas adequadas. Já o África Minigrid, procura instalar mini-redes de energia renovável em zonas isoladas, promovendo a inclusão energética e o desenvolvimento rural.

Além dessas iniciativas, foi adoptado, neste ano, um novo plano de descarbonização, com o objectivo de reduzir as emissões de carbono e cumprir os compromissos internacionais relacionados à mudança climática. Este plano abrange uma série de medidas, incluindo o incentivo ao uso de fontes de energia renováveis, a melhoria da eficiência energética e a promoção de tecnologias limpas no sector industrial e transporte.

3.5 Infra-estruturas Rodoviárias

Concernente à expansão e requalificação rodoviária, foram implementadas diversas acções no quadro dos projectos previstos no Orçamento Geral do Estado (OGE), com o apoio de parceiros internacionais. Neste

contexto, foram concluídas as obras de reabilitação da estrada Cruzeiro à Milagrosa, com a pavimentação de 2,2 km em betão betuminoso e 0,970 km em calçada, garantindo maior durabilidade e resistência da via. Adicionalmente, foi finalizada a intervenção em 1,3 km de estrada na zona de São Nicolau, 0,120 km na zona de Claudino Faro e 450 metros na Região Autónoma do Príncipe (RAP).

3.6 Infra-estruturas Aeroportuárias

Foi elaborado e adoptado o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil, para garantir a conformidade com os requisitos globais de segurança, fortalecer os mecanismos de fiscalização e modernizar as práticas operacionais no sector da aviação civil, em linha com os standards internacionais estabelecidos pela Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO).

Paralelamente, foram adoptados quatro importantes instrumentos, entre os quais destaca-se a aprovação da Convenção para a Unificação de Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional, a Convenção sobre a Repreensão de Actos Ilícitos Relacionados com a Aviação Civil Internacional, o Protocolo que Altera a Convenção sobre Infracções e Outros Actos Cometidos a Bordo de Aeronaves e o Protocolo Suplementar à Convenção para Repreensão da Captura Ilícita de Aeronaves. Estas medidas representam avanços significativos no quadro jurídico e operacional da aviação civil sãotomense, reforçando a segurança e a prevenção de actos ilícitos no sector.

Neste domínio, houve também investimentos na adequação das infra-estruturas, aquisição de equipamentos e a capacitação de recursos humanos.

3.7 Habitação

O Instituto de Habitação e Imobiliária (IHI) deu alguns passos no reforço das políticas habitacionais. Foi concluído o projecto de expansão da sede do IHI e a requalificação do antigo edifício, garantindo melhores condições de funcionamento e atendimento ao público. Paralelamente, elaborou-se a proposta do Plano Estratégico do IHI (2024-2027), com o objectivo de responder de forma estruturada e eficaz às necessidades habitacionais do País.

No âmbito das parcerias institucionais, foi criado o Programa + Pagamento + Casa, destinado a facilitar o acesso à habitação, especialmente para famílias de baixos rendimentos. Foram também estabelecidos protocolos de colaboração com Cabo Verde, o Instituto de Habitação da Madeira e a Câmara Municipal de Trofa, fomentando a troca de boas práticas e experiências técnicas no sector habitacional.

No que respeita aos projectos comunitários, destaca-se o lançamento do projecto Mão Solidária, que promove a construção de uma moradia no Bairro da Liberdade, com o propósito de apoiar famílias em situação de vulnerabilidade. Na área da comunicação, o IHI procedeu à criação e lançamento do seu site oficial, uma plataforma que visa facilitar o acesso à informações e serviços, promovendo uma relação mais próxima com os cidadãos.

3.8 Infra-estruturas Marítimas e Portuárias

No domínio da navegação marítima, foram implementadas acções de grande relevância, com vista ao reforço do sector. No âmbito do reforço da capacidade institucional, foi elaborado o Plano Estratégico 2023-2028, o plano de marketing e comunicação, bem como implementado novos modelos de certificados para o sector marítimo. Paralelamente, foi realizada a atualização dos regulamentos internos, do estatuto do IMAP-STP e de diplomas relacionados com pilotagem, agenciamento e categorias marítimas, assegurando a conformidade com os padrões internacionais.

Em termos de infra-estruturas, destacou-se a instalação da Rádio Porto Controlo no edifício da Guarda Costeira e no IMAP, permitindo uma melhor monitorização e comunicação das actividades marítimas. Foram também iniciados trabalhos preparatórios para a instalação do MMSI e de *calsigns* em embarcações, bem como a definição do local definitivo para a Rádio Porto Controlo, facilitando a fiscalização e segurança marítima.

No eixo da capacitação, foram organizadas acções formativas direcionadas a inspectores e oficiais de náutica, com particular enfoque na Convenção STCW. Destaca-se ainda a formação contínua de técnicos do sector e a criação de programas de formação específicos para marítimos, assegurando a qualificação e actualização de competências profissionais.

Relativamente à regulação, foram emitidas 22 cédulas marítimas e certificados para 14 marítimos. Procedeu-se igualmente ao registo de 5 navios, à inscrição de 13 agências marítimas e à regularização de

15 navios, garantindo a conformidade com as normas em vigor. Foram ainda iniciadas acções para a gestão e controlo dos navios que utilizam indevidamente o pavilhão são-tomense.

No que diz respeito às parcerias, foi estabelecida uma colaboração com a EMGEPRON (Brasil), destinada à instalação de software de gestão de informações marítimas e à capacitação de recursos humanos. Adicionalmente, foram assinados protocolos de cooperação com países como Cabo Verde e Angola, bem como outras entidades internacionais, reforçando as relações externas e promovendo a partilha de boas práticas. Por fim, foi realizada com sucesso a Conferência das Mulheres do Sector Marítimo em África em São Tomé e Príncipe, destacando o papel das mulheres no sector e promovendo a inclusão e equidade no contexto marítimo africano.

3.9 Propriedade intelectual

No âmbito da modernização dos serviços, foi concretizada a operacionalização do Conselho Nacional de Qualidade, um marco para a gestão da qualidade no País. Simultaneamente, iniciou-se a instalação do módulo WIPOScan, uma ferramenta tecnológica destinada à digitalização integral dos processos de registo e gestão de marcas nacionais.

Foram também promovidas diversas iniciativas de capacitação em áreas estratégicas. Os técnicos participaram em formações sobre Direitos Autorais e Conexos, Modelos de Utilidade (MUT) e Protecção de Novas Variedades de Plantas, promovida pela Organização Regional de Propriedade Intelectual (ARIPO). Outras formações incidiram sobre Instrumentos Legais relativos a Conhecimentos Tradicionais, Recursos Genéticos e Folclore, Segurança de Materiais Radioactivos, e a construção da Rede Sub-Regional Integrada de Centros de Apoio à Tecnologia e Inovação (CATIb). Adicionalmente, foram realizadas formações específicas para examinadores de marcas, bem como encontros com agentes de propriedade intelectual dos Estados Membros da ARIPO. Os técnicos participaram ainda no Curso Executivo da OMPI/SAKPATENTI sobre Indicações Geográficas e marcaram presença na I Jornada Lusófona de Propriedade Industrial.

Assim, o SENAPIQ-STP registou um volume significativo de actividades no domínio da Propriedade Industrial, com 508 pedidos processados no âmbito de marcas e indicações geográficas. Do total, destacam-se 20 pedidos de marcas nacionais, 278 de marcas internacionais, 206 de marcas regionais, 2 de indicações geográficas e 2 referentes a nomes de estabelecimentos comerciais. Paralelamente, foram emitidos 57 certificados e procedeu-se à renovação de 19 marcas. Estes números reflectem um esforço contínuo para fortalecer o Sistema de Registo e Protecção de Direitos de Propriedade Industrial no País, promovendo a inovação e a competitividade empresarial.

3.10 Empreendedorismo

O Governo adoptou a Estratégia Nacional para o Empreendedorismo 2024-2030, com o objectivo de superar desafios no ambiente regulatório e promover o desenvolvimento de competências e o acesso ao financiamento.

Neste âmbito, foram implementadas feiras de empreendedorismo, a organização de uma mesa redonda sobre «Empreendedorismo Feminino», a oferta de um curso sobre «Como Redigir um E-Mail» e a realização de um curso sobre startups. Além disso, foram conduzidas sessões Conecta+, promovendo a troca de experiências e a criação de redes de apoio, e ainda, oferecido um curso de liderança de negócios. Para além disso, outras iniciativas incluíram as «Conversas com Empreendedores» e a organização de um workshop sobre literacia financeira. No campo da cooperação, o País participou num fórum de instituições de apoio ao empreendedorismo, pequenas e médias empresas no Brasil, assim como na conferência ministerial do fórum para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, realizada em Macau.

Eixo 3: Promoção da justiça social e inclusão

1.1 Saúde

As medidas no âmbito da saúde têm sido conduzidas através de programas e projectos, nomeadamente 6057 – Projecto do reforço do Sistema de Saúde (RS), 1080 – aquisição de medicamentos e consumíveis de saúde, 6185 – aquisição de reagentes e consumíveis para SNS, 6046 – melhoria do Sistema Nacional de Saúde, 2434 – luta contra paludismo, 3806 – luta contra doenças não transmissíveis, 2951 – Projecto Saúde Para Todos e outros, com financiamento dos parceiros.

As iniciativas de Reforma da Saúde foram apoiadas por fontes de financiamento como o Fundo Global, GAVI e CGS. O apoio tem sido necessário no combate ao Paludismo, HIV/SIDA e Tuberculose, permitindo a implementação de actividades preventivas, diagnóstico e tratamento.

No âmbito dos esforços para melhorar o acesso, intervenções foram feitas para reforçar a infra-estrutura e garantir melhores condições para a prestação de cuidados à população. O Projecto WHASH reabilitou os Centro de Saúde de Caué e Lobata. O Projecto Saúde para Todos reabilitou o Posto de Saúde de Conde, Santo Amaro, Desejada e Cantagalo, assim como construiu uma área dedicada ao tratamento de doenças crónicas no Posto de Saúde de Micoló.

Está em curso a construção de um novo armazém de medicamentos, visando melhorar o acondicionamento e a gestão de medicamentos, reagentes e consumíveis de saúde. Esta infra-estrutura permitirá uma distribuição mais eficiente e eficaz, fortalecendo a resposta do Sistema de Saúde e garantindo melhor qualidade no atendimento à população.

1.2 Educação

O Ministério da Educação elaborou o Plano de Desenvolvimento Educativo. Este plano de acção, com vigência entre 2025 e 2027, visa melhorar a qualidade do ensino e a inclusão. Adicionalmente, foi assinado entre os governos de São Tomé e Príncipe e de Portugal o Programa ERGUES, destinado à reforma da governação educativa. Financiado pela cooperação portuguesa, este programa tem como objectivo contribuir para a melhoria da qualidade e inclusão no Sistema Educativo, através do fortalecimento das políticas, da formação de profissionais e da melhoria das infra-estruturas escolares. Está em andamento a criação do «Fundo de Desenvolvimento da Educação de São Tomé e Príncipe», uma iniciativa que visa melhorar a qualidade da Educação e Formação, envolvendo professores, profissionais, estudantes, famílias e comunidades, para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Foram implementadas acções no âmbito da Educação com o objectivo de melhorar a qualidade do ensino. No que diz respeito ao apoio vocacional, destacam-se a organização de feiras vocacionais em todos os Distritos e na Região Autónoma do Príncipe (RAP), no contexto do Projecto de Empoderamento de Raparigas e Educação de Qualidade para Todos (PEREQT), e o funcionamento de Clubes de Raparigas e Rapazes em 15 escolas secundárias. Também foram promovidas feiras de empreendedorismo, implementados cursos profissionalizantes de dupla certificação, atribuídas bolsas de estudo, internas e externas, e reforçadas competências em diversas áreas do conhecimento.

Na área das infra-estruturas, foi construída uma escola no Distrito de Água Grande e reabilitadas sete escolas nos Distritos de Caué e Lobata, com o intuito de reduzir o rácio de alunos por turma e melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem. Também foram reabilitados os Jardins de Infância de Santa Clotilde e Generosa, com o apoio da Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico (CECAB), e o Jardim de Infância de Esprainha, com o apoio da ONG Helpo. Além disso, foram adquiridos três mini-autocarros adaptados para alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Em termos de inovação no Ensino, foi lançado um programa de manuais escolares electrónicos e uma plataforma de «reforço educativo» no âmbito do Programa Nacional de Literacia Tecnológica, promovendo o uso de tecnologias no ensino. A aprendizagem digital foi implementada em sete escolas piloto, com recursos didácticos adaptados para a Educação Especial.

Por fim, foi reforçada colaboração entre a família, a escola e a comunidade, com a criação de um sistema de alerta para prevenir a repetência e o abandono escolar. Adicionalmente, distribuíram-se refeições durante 108 dias em 201 estabelecimentos escolares, garantindo um ambiente de aprendizagem mais adequado para os alunos.

1.3 Cultura

Foi realizado um inventário do património cultural, com a colaboração estreita das Câmaras Distritais e da Região Autónoma do Príncipe, para garantir que o património histórico seja preservado para as futuras gerações. Além disso, foi redefinido o papel dos museus, com foco na descentralização das suas actividades, para transformar o museu num centro de histórias e memória, que constitua um vector de desenvolvimento do País.

1.4 Protecção social

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) implementou várias medidas para reforçar a protecção social. Destacaram-se a subvenção do tempo de serviço em falta, permitindo que muitas pessoas passassem a ter direito a pensão e a cobrança coerciva das dívidas das empresas e instituições para com a Segurança Social, visando garantir a sustentabilidade financeira do sistema. Além disso, foram promovidos ateliers de sensibilização para incentivar a transição da economia informal para a formal, assegurando que mais cidadãos fossem integrados no sistema de protecção social.

No âmbito das medidas de apoio à integração social, foram realizadas várias acções para melhorar as condições de vida dos idosos e outras populações vulneráveis, incluindo a criação de uma base de dados para cadastro dos idosos; o pagamento dos subsídios «contínuo» e «não conhecido» referente ao primeiro trimestre de 2024, a 3.045 beneficiários; e a celebração do Dia Internacional do Idoso, como a entrega de cabazes, marcha solidária com a participação de diversas instituições e a participação no programa televisivo «Tarde na TVS».

Finalmente, o Programa de Apoio às Famílias Vulneráveis (PFV) proporcionou formação sobre «Apoio à Criação de Pequenos Negócios» (ACPE) para 40 mulheres beneficiárias do programa e capacitou na Escola de Hotelaria e Turismo 70 jovens provenientes de famílias vulneráveis.

1.5 Juventude

O desenvolvimento de políticas de apoio à juventude foi impulsionado por iniciativas focadas na capacitação e participação activa dos jovens. Destacam-se a criação dos Comitês Juvenis Distritais para Acção Climática, a realização de workshops sobre Nutrição, a Campanha de Sensibilização para Vacinação, e o lançamento do Programa Rota da Juventude e Podcast, que incentivam a troca de experiências. Foram também implementados o Programa de Voluntariado, fundadas 6 associações juvenis no Distrito de Lembá, e realizada uma Formação sobre Liderança Juvenil.

1.6 Desporto

O desporto foi impulsionado por várias iniciativas, incluindo a comemoração do 12 de Março Desportivo, o Torneio de Futsal Intersectorial, a 4.ª Edição da Maratona de São Tomé e Príncipe, a aquisição de equipamentos desportivos para os jogos escolares, a realização dos Jogos Escolares e a participação nos 13.º Jogos Africanos, nas modalidades de atletismo, judo, xadrez e taekwondo. O País também marcou presença nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, nas modalidades de atletismo, judo e canoagem, e nos Jogos Paralímpicos, na modalidade de atletismo. Além disso, foi realizado o Campeonato Online Freestyle «Patins» e a participação no Campeonato Africano de Natação, em Angola.

Quanto às infra-estruturas desportivas, destacam-se a construção de um polidesportivo na localidade de Madalena e a conclusão dos projectos para a construção do polidesportivo de Monte Café. Adicionalmente, estudos foram realizados e projectos foram elaborados para a reabilitação do Parque Ex-Snécia. Nos projectos e programas complementares, destacam-se o Projecto Eco-Gravana Desportiva e a Trilha de Orientação «Campeões de Ambiente», o Programa Minutos Desportivos, o Programa Matinal «Entre Elas», voltado para o empoderamento das mulheres no desporto, a aquisição de medicamentos para o Centro de Medicina Desportiva e a criação da Comissão Nacional para a elaboração da Estratégia Nacional do Desporto.

Eixo 5: Integração regional e diplomacia pró-activa

1.7 Diáspora e Posicionamento internacional

O Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (MNECC), desenvolveu diversas acções no âmbito da política externa, com o objectivo de reforçar as relações internacionais do País. Entre as principais iniciativas, destacam-se o apoio à comunidade sãotomense no

estrangeiro, com contactos com associações de emigrantes e cônsules honorários, visando a regularização da situação de cidadãos em condição irregular nos países de acolhimento. Além disso, o Governo tem promovido a organização de actividades do Estado, com foco na realização de eventos de relevância internacional.

No campo da reorganização diplomática, o MNECC tem implementado o plano de reestruturação, já com a execução de 80% do programa, incluindo a substituição de chefes de missões e diplomatas, alinhado com o Estatuto de Carreira Diplomática, e a requalificação de infra-estruturas, como a renovação de dois balcões de atendimento ao público no edifício do Ministério.

Em termos de cooperação internacional, manteve reuniões com parceiros bilaterais e multilaterais, focando na definição de áreas prioritárias e na implementação de programas e projectos de desenvolvimento. Nesse contexto, foi organizada a XXIX Reunião Ordinária do Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, além de ter sido realizada a Conferência Sub-Regional sobre Mudanças Não-Constitucionais de Governo na África Central, em Julho de 2024.

Por fim, o Governo tem-se destacado pela participação activa em eventos internacionais, como a 79.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, em Setembro de 2024, onde o Presidente da República discursou em nome do Estado santomense, reafirmando o compromisso do País com a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável no cenário global.

O Governo de São Tomé e Príncipe tem adoptado várias iniciativas para apoiar a comunidade estudantil na diáspora, incluindo a criação de um consulado itinerante para facilitar a regularização de documentação de estudantes na Federação Russa, China e Guiné Equatorial. Além disso, está a planear missões futuras para apoiar as comunidades santomenses em países sem representações diplomáticas ou consulares, garantindo acesso a serviços consulares e fortalecendo o vínculo com o País.

2. Principais Linhas de Acção Governativa para o Ano 2025

As Grandes Opções do Plano para 2025 estão estruturadas em cinco eixos estratégicos do Programa do XIX Governo. Os programas, medidas, acções ou projectos para o ano 2025 são organizados por domínios, em função dos referidos eixos:

2.1 Eixo I: Fortalecimento da governança e proximidade com o povo

A Reforma da Administração Pública é um desígnio urgente e essencial para restaurar a credibilidade e a autoridade do Estado, garantindo o seu pleno funcionamento e proporcionando aos cidadãos serviços de qualidade. Nesta legislatura, o Governo propõe-se a retomar os princípios fundamentais da reforma administrativa, com o objectivo de modernizar a Administração Pública e aproximar-a dos cidadãos. Pretende-se promover uma governação transparente, participativa e eficiente, garantindo que o Estado esteja verdadeiramente ao serviço da população. Para tal, a administração pública deverá operar segundo elevados padrões de qualidade e responsabilidade, assegurando que as suas acções respondam eficazmente às necessidades dos cidadãos.

Neste âmbito, o Governo propõe a realização dos seguintes programas:

Programa de Reforço da Transparência e Prestação de Contas

A gestão dos recursos públicos ainda apresenta muitas fragilidades, sendo que a transparência, em particular, foi identificada como um aspecto fundamental a melhorar. Este programa visa reforçar os mecanismos de transparência na Administração Pública, promovendo uma gestão mais responsável e melhorando a confiança dos cidadãos. Além disso, procura incentivar uma maior participação da população nas decisões políticas, garantindo que as políticas públicas sejam mais inclusivas, representativas e alinhadas com as necessidades reais da sociedade. Assim, o Governo propõe a realização das seguintes medidas:

- Criar o Portal Nacional de Transparência;
- Fortalecer a fiscalização das políticas e investimentos do Governo através da modernização do Tribunal de Contas e da Inspecção-Geral da Administração Pública;
- Fortalecer monitoria, avaliação e a prestação de contas das políticas públicas em tempo real, através da Implementação do Sistema Integrado de Monitorização da Administração Pública (SIMAP);
- Apoio institucional a Administração Aduaneira e Gestão de Despesas Públicas;

- Reforço de Capacidade Institucional do Ministério de Economia e Finanças.

Programa de Direitos Humanos

No quadro dos compromissos assumidos ao nível das convenções internacionais e regionais de direitos humanos já rectificados pelo Estado são-tomense, urge a necessidade de implementar o seguinte:

- Criar uma instituição nacional dos direitos humanos;
- Reforçar os mecanismos de implementação, seguimento e elaboração de relatórios periódicos e universais;
- Continuar o processo de ratificação das principais convenções e tratados internacionais e regionais de direitos humanos;
- Continuar a implementar reformas legislativas visando a harmonização das leis nacionais com os instrumentos internacionais regionais de direitos humanos.

Programa de adequação da Polícia Judiciária

A Polícia Judiciária é o serviço da administração directa do Estado integrado no Sistema da Administração da Justiça com responsabilidade em matéria de investigação de crimes e actua na prevenção criminal. O programa pretende continuar a desenvolver acções ao nível das atribuições da PJ, nomeadamente em matéria de investigação e prevenção da criminalidade, sempre no respeito pelo princípio da legalidade.

Para atingir este objectivo o Governo priorizou as seguintes medidas de política:

- Continuar a realizar a formação contínua para os agentes;
- Activar o gabinete do cibercrime;
- Criação do gabinete de combate à corrupção;
- Descentralização da polícia judiciária.

Programa adequação dos serviços prisionais e de reinserção social

Aplicação de um modelo organizado adequado a um tratamento humanizado dos reclusos e promoção das atividades económicas no estabelecimento prisional visando a rentabilidade dos recursos, captação de parceiros para desenvolvimento de projectos de empregabilidade e de formação profissional de reclusos durante e depois do cumprimento da pena. Assim sendo, o Governo prevê a realização das seguintes actividades:

- Fornecimento de Energia: Levar Energia a colónia agrícola em Campo Grande, para melhoria da produção e autossustentação dos serviços prisionais;
- Plantação de culturas variadas e implementação de aquacultura: Plantação de culturas variadas adaptadas ao solo e clima de São José;
- Requalificação da Ala 1 e a Cozinha dos SPRS: Melhorias das condições de trabalho das cozinheiras e dos Agentes e consequentemente melhoria de habitabilidade dos reclusos;
- Reinserção Social e Segurança: Acção focada na organização e funcionamento dos serviços com apoio legal e assessoria aos SPRS.

Programa de Digitalização e Modernização dos Serviços Públicos

Os serviços públicos continuam excessivamente burocráticos, com sistemas desatualizados e ineficazes, dificultando o acesso dos cidadãos aos seus direitos fundamentais.

Este programa tem como objectivo aumentar a eficiência no acesso aos serviços públicos, através da eliminação de processos burocráticos desnecessários, modernizando os sistemas e garantindo uma prestação de serviços mais célere e eficaz. Neste âmbito, o Governo propõe-se a realizar seguintes medidas:

- Continuar a implementação dos 6 eixos da Reforma da Administração Pública;
- Construção do Edifício do Instituto Nacional de Formação de Justiça e Administração Pública;
- Lançamento da plataforma «Balcão Único Digital»;
- Digitalização do Registo Civil e Identidade Digital;
- Automatização do Sistema de Cobrança de Impostos;
- Reforçar a capacidade de actuação do INIC na área de coordenação do processo de informatização e digitalização e na criação de um Centro Nacional de Cibersegurança;
- Reforço do DataCenter e BackUp para gestão de dados do Governo;

- Serviço Público Integrado.

Programa de Fortalecimento da participação cidadã e descentralização

Conforme reconhecido no Programa do Governo, a relação entre o Governo e os cidadãos tem vindo a distanciar-se, resultando numa participação cívica reduzida nos processos decisórios, o que compromete a qualidade da democracia. Para além disso, a centralização das decisões na capital tem dificultado a implementação de políticas públicas eficazes nas diversas regiões do País. Assim, este Programa tem como objectivo promover um maior envolvimento da população nas decisões políticas, garantindo que as políticas públicas sejam mais inclusivas, representativas e ajustadas às reais necessidades de cada comunidade.

Assim, o Governo propõe a realização das seguintes medidas:

- Criação dos Conselhos Distritais de Participação Cidadã;
- Implementação de Orçamentos Participativos;
- Expansão dos Serviços Públicos Integrados;
- Desenvolvimento de Plataformas Digitais para Consulta Pública.

2.2 Eixo II: Estímulo ao desenvolvimento económico e sustentável

A estabilidade macro-económica, melhoria do ambiente de negócios e parcerias estratégicas com o sector privado são cruciais para estimular o desenvolvimento económico sustentável. Estas parcerias devem ser orientadas para sectores com maior potencial de crescimento, como Turismo, Agricultura, Pesca e Serviços Financeiros, capaz de gerar emprego, melhorar o rendimento das famílias e reduzir desigualdades sociais.

O incentivo ao empreendedorismo pode estimular a inovação e gerar novas oportunidades de negócios, enquanto a atracção de investimentos, tanto nacionais como internacionais, poderá contribuir para o desenvolvimento de infra-estruturas e a criação de emprego.

Neste âmbito, o Governo propõe a realização dos seguintes programas:

Programa de Diversificação da economia e reforço dos sectores produtivos

O País tem vindo a enfrentar défices infra-estruturais significativos que limitam a competitividade e condicionam o crescimento do sector privado. Para além disso, a falta de incentivos estruturados para o sector produtivo e para a economia verde, representa também uma lacuna significativa no processo de desenvolvimento.

Este programa tem como objectivo promover a diversificação da economia e o reforço dos sectores produtivos, tendo em vista a retenção de mão de obra juvenil e a redução da taxa de desemprego jovem, através da criação de novos postos de trabalho. Neste âmbito, o programa tem como meta um crescimento do PIB de 5% em 2026, como reflexo de um maior dinamismo económico e da promoção de sectores estratégicos.

Assim, o Governo propõe a realização das seguintes medidas:

- Disponibilização de incentivos fiscais, financiamento e acesso à tecnologia para pequenos e médios produtores, através da Criação de Zonas de Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro;
- Implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo Sustentável;
- Implementação de um Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Implementação de Programa de Desenvolvimento Rural Integrado;
- Apoio à Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição (COMPRAN);
- Requalificação de estradas e infra-estruturas (PRIASAI);
- Criação do Fundo de Apoio à Agricultura Familiar;
- Recenseamento Agrícola;
- Apoio as Fileiras Agrícolas de Exportação;
- Promoção de acções que concorram para a melhoria de segurança alimentar e nutricional;
- Requalificação da Avenida Marginal 12 de Julho;
- Construção e reabilitação de estradas e pontes;
- Projecto de Resiliência Costeiras e Turismo Sustentável (WACA +);
- Construção de Aterro Sanitário.

Programa de Atracção de investimentos e melhoria do ambiente de negócios

O baixo nível de investimento estrangeiro em São Tomé e Príncipe deve-se, em grande parte, à instabilidade jurídica e à burocracia excessiva, factores que desincentivam investidores externos. Este programa visa aumentar o investimento estrangeiro directo, tornando São Tomé e Príncipe mais competitivo na região, ao melhorar o ambiente jurídico e reduzir os obstáculos burocráticos, criando condições favoráveis para atrair investidores e impulsionar o crescimento económico. Assim, o Governo propõe a realização das seguintes medidas:

- Criação do Fórum Internacional de Investimentos em São Tomé e Príncipe;
- Implementação de um Plano de Incentivos Fiscais e Regulatórios;
- Reforço da diplomacia económica;
- Promoção dos Investimentos e Melhorias de Ambiente de Negócio;
- Compacto Lusófono – Iniciativa «Zuntámon» I.

Programa de Desenvolvimento das energias renováveis e sustentabilidade ambiental

A dependência do diesel importado para produzir electricidade e a limitada diversificação da matriz energética do País constituem desafios significativos para economia e para o ambiente. Os inventários de gases de efeito de estufa demonstram que o sector da energia, particularmente da geração de electricidade e os transportes, contribuem para cerca de 91% das emissões de gases de efeito de estufa.

Neste sentido, operar a transição para um sector energético mais seguro, eficiente e sustentável representa um imperativo estratégico para o País. O Plano de Acção para a Descarbonização do Sector Energético consolida várias estratégias para a geração de electricidade através de fontes renováveis, a eficiência energética, os transportes e o uso de alternativas energéticas modernas.

Este programa visa impulsionar a transição energética, adoptando as medidas delineadas no referido Plano de Acção, tendo em vista reduzir a dependência de combustíveis fósseis, assegurando o acesso sustentável à electricidade para comunidades isoladas, ao mesmo tempo que promove a conservação dos ecossistemas. Através dessas iniciativas, busca-se não apenas o desenvolvimento económico, mas também a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações, alinhando-se com os princípios do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, em 2025, pretende-se dar sequência a seguintes medidas prioritárias:

- Expansão da capacidade de produção de energia solar e hídrica;
- Criação do Plano Nacional de Eletrificação Rural;
- Implementação de políticas de reflorestação e proteção da biodiversidade;
- Promoção do acesso à Energia Limpa e Resiliente – ASCENT;
- Projecto Recuperação do Sector Energético.

2.3 Eixo III: promoção da justiça social e inclusão

A garantia do direito à saúde representa um dos pilares fundamentais do Estado. A preservação do bem-estar da população, sua produtividade económica e, por conseguinte, a prosperidade global do País, exige um funcionamento eficaz do Sector Público de Saúde. Este deve promover a oferta de cuidados preventivos, primários e especializados, garantindo assim a qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde para todos os cidadãos.

Igualmente, a educação e formação constituem alicerces para moldar a personalidade e assegurar o progresso de qualquer Nação, sendo ainda a condição básica de empregabilidade e competitividade de pessoas em idade activa. Neste sentido, a aposta na qualificação dos santomenses deve ser entendida como um instrumento fundamental para a sua valorização e transformação em capital humano. Assim, pretende-se neste domínio realizar os seguintes programas e medidas:

Neste sentido, o Governo enfatiza no seu programa assegurar que todos os cidadãos tenham acesso equitativo à saúde, à educação e à protecção Social, promovendo a inclusão e reduzindo as desigualdades sociais.

Para cumprir com esses desideratos, o Governo propõe no âmbito das suas actividades desenvolver os seguintes programas bem como algumas medidas:

Programa de Reforço do Sistema de Saúde e Acesso Universal

O Programa de Reforço do Sistema de Saúde e Acesso Universal tem como objectivo fortalecer a prestação dos cuidados de saúde, assegurando a acessibilidade, eficácia, equidade e humanização dos serviços.

É de realçar que, consumada a transição epidemiológica caracterizada pelo predomínio de doenças crónicas não transmissíveis, com custos elevados de tratamento e impacto social e económico negativo sobre as famílias e nas contas da saúde.

Entre os objectivos principais, destaca-se a redução da mortalidade materna e infantil, através da melhoria dos serviços pré-natais e pediátricos, além de uma contínua melhoria da qualidade dos serviços de Saúde.

Assim, o Governo propõe a realização das seguintes medidas:

- Construção de um novo hospital central e ampliação da rede de centros de saúde em todas as regiões do País;
- Melhoria do abastecimento de medicamentos, consumíveis e equipamentos hospitalares;
- Promover maior eficácia e rigor na gestão dos recursos humanos e financeiros;
- Inspecção e fiscalização dos serviços;
- Criação de um Plano Nacional de Saúde Materno-Infantil;
- Formação contínua de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde;
- Reforço do Sistema da Saúde;
- Luta Contra Paludismo.

Programa de Expansão e modernização da educação

O Programa de Expansão e modernização da educação tem como objectivo promover uma maior inclusão educacional, reduzir o abandono escolar, garantir o acesso à educação de qualidade e assegurar que os jovens talentosos possam aceder ao ensino superior e técnico, tanto dentro como fora do País. Além disso, promove-se o uso de tecnologias inovadoras na aprendizagem, criando um ambiente educativo mais dinâmico, moderno e adaptado às exigências do mercado global. Assim, o Governo propõe a realização das seguintes medidas:

- Construção de novas infra-estruturas escolares e modernização das existentes;
- Revisão do currículo nacional, incorporando componentes de formação técnica e profissional, alinhados com as necessidades do mercado de trabalho;
- Criação do Programa Nacional de Bolsas de Estudo;
- Promover o uso de tecnologias inovadoras na aprendizagem através da Implementação do Ensino Digital e Recursos Tecnológicos nas Escolas;
- Melhoria da qualidade, Equidade e Inclusão no Sistema Educativo (Projecto ERGUES);
- Emponderamento das Raparigas e Educação de Qualidade para todos;
- Construção de Liceu em Angolares.

Programa de Reforço da Protecção Social e Inclusão de Grupos Vulneráveis

O principal desafio que o País enfrenta no domínio da protecção social reside na necessidade de estender a Segurança Social aos trabalhadores da economia informal e rural, além das fragilidades institucionais que impedem a inclusão de todas as pessoas vulneráveis, sobretudo os idosos e pessoas com deficiência, nos mecanismos não contributivos já existentes.

Este programa tem como objectivo expandir a cobertura da protecção social e inclusão de grupos vulneráveis, contribuindo para a redução da extrema pobreza e para aumento da resiliência das famílias em situação de vulnerabilidade. Para efeito são propostas as seguintes medidas:

- Expansão do Programa de transferências sociais condicionadas;
- Implementação de políticas de inclusão para pessoas com deficiência;
- Desenvolvimento de programas de apoio a terceira idade;
- Projecto Mais Igual, combate à violência do género e doméstica.

Programa de promoção da igualdade e da equidade de género

Em São Tomé e Príncipe, prevê-se o reforço da aplicação dos direitos e da participação da mulher nos lugares de tomada de decisão, o que implica a eliminação de todo tipo de discriminação baseada no género

e o respeito pelos direitos fundamentais das mulheres, crianças e adolescentes. Nesta senda, o Governo prevê a realização das seguintes actividades:

- Melhorar a qualidade de atendimento e o seguimento às vítimas de VBG;
- Garantir o acesso gratuito à Justiça e assistência às vítimas e sobreviventes de violência baseada no género;
- Criar uma base de dados uniformizada para Polícia, Ministério Público e Tribunal, que permita o acesso à informações sobre os casos de VBG;
- Construção, reabilitação de um centro de acolhimento integrado para vítimas de violência baseada no género;
- Implementação do plano de acção da estratégia nacional para promoção da igualdade e equidade de género.

Programa de aconselhamento contra violência doméstica

Com o propósito de assegurar a promoção e a execução da política governamental em matéria de promoção da mulher e na luta contra violência doméstica e familiar, o Governo propõe as seguintes medidas:

- Continuar a desenvolver as acções no combate ao VBG;
- Atendimento descentralizado das vítimas de violência familiar.

Programa de promoção e empoderamento das mulheres

O reforço da aplicação dos direitos que permite a participação da mulher nos lugares de tomada de decisão, visam promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, integrando-as activamente no desenvolvimento económico e social. Assim sendo, o Governo propõe a realização a realização das seguintes medidas:

- Realizar campanhas de sensibilização da sociedade civil sobre a importância do empoderamento das mulheres e raparigas na actual conjuntura sócio-política e económica do País;
- Formação e capacitação das mulheres sobre o planeamento e gestão de recursos financeiros;
- Sensibilizar as mulheres sobre a importância do empreendedorismo como ferramenta indispensável para o seu empoderamento;
- Promover debates e palestras sobre iniciativas inovadoras de empreendedorismo dirigidas às raparigas e mulheres chefes de família;
- Reforçar a capacidade técnica e financeira das associações das mulheres empreendedoras de São Tomé e Príncipe, para permitir o acesso à trocas comerciais ao nível sub-regional «CEEAC» e da CPLP;
- Apoiar as mulheres chefes de famílias na promoção de actividades empreendedoras como estratégia conducente ao seu empoderamento.

2.4 Eixo IV: Reforma e modernização administrativa

A modernização da Administração Pública é um dos vectores cruciais para transformar o País numa economia digital, sendo uma condição necessária para promover o desenvolvimento do País. Este processo tem como meta simplificar todos os procedimentos administrativos e legislativos, aumentar a eficiência da Administração Pública, aperfeiçoar a interacção entre a Administração Pública, cidadãos e empresas, bem como reduzir os custos tanto para o público como para as empresas. Esta iniciativa é essencial para modernizar a administração pública e reforçar a segurança interna para garantir um Estado eficiente, ágil e mais próximo dos cidadãos.

Para cumprir com esses desideratos, o Governo propõe no âmbito das suas actividades desenvolver os seguintes programas e medidas:

Programa de reforço e modernização da Justiça

A Reforma da Justiça requer um conjunto de medidas políticas e legislativas que melhorem a eficiência e a celeridade do Sistema Judicial, orientando-se pelos princípios de separação de poder. Este programa visa implementar uma nova dinâmica que deverá afectar todo o Sector de Justiça, em termos de organização, gestão, infra-estrutura, capacidade técnica e equipamentos.

Para o cumprimento destes objectivos, o Governo propõe desenvolver as seguintes medidas:

- Informatização dos Tribunais e dos Serviços Judiciais;
- Implementação do Sistema de Gestão Processual nos Tribunais;
- Instalação de uma plataforma para os mecanismos de vídeo-conferência no Tribunal da Região Judicial do Príncipe e na Região Judicial Água Grande;
- Reabilitação e apetrecho das infra-estruturas e equipamentos nos tribunais da Região Judicial de Lembá e Região Judicial Príncipe;
- Criação e implementação do Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses;
- Criação de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, com a instalação, reabilitação e apetrechamento dos Julgados de Paz e Mediação nos Distritos de Cantagalo, Mé-Zóchi e Lobata;
- Elaboração da lei da prova digital;
- Capacitação e formação contínua dos recursos humanos afectos ao Sector da Justiça;
- Dinamização do Centro de Arbitragem da Câmara do Comércio;
- Criação de estratégia nacional de prevenção de conflitos.

Programa desburocratização e simplificação dos Registos e do Notariado

A política do actual Governo é a da simplificação e modernização administrativa. O Governo entende que as mais-valias para o cidadão e para as empresas devem ser procuradas, no âmbito de um programa de desburocratização, eliminação e simplificação de actos notariais, que não importem qualquer valor acrescentado, e que apenas dificultam a vida do cidadão e da empresa.

Neste sentido, o Governo perspectiva adoptar as seguintes medidas:

- Reforço da descentralização dos serviços dos Registos e do Notariado (SPIs): Balcão Único como canal de atendimento presencial integrado entre a administração central e local;
- Nascimento Digital “Papel Zero” Informatização das maternidades: massificação do acto do registo de nascimento a todo o País, de forma fácil e digital.
- Emissão do caderno eleitoral através dos dados disponíveis no Sistema de Registo Civil;
- Bilhete de Identidade nas escolas;
- Implementação do SIGA nos consulados (Portugal/Angola/Cabo Verde/Gabão);
- Plataforma *Iberfides*: Plataforma internacional para o envio seguro de documentos entre cartórios notariais;
- Plataforma informática única para GUE;
- Sistema Integrado do Registo de Propriedade – SIRP;
- Garantia mobiliária: Sistema Eletrónico Centralizado;
- Documento Agregado de Identidade (DAI).

Programa de informatização e reprografia.

Este programa visa promover estudo e tratamento automático das informações correspondentes e prestar colaboração necessária a utilização dos serviços pelos utentes e as melhores soluções gráficas. Assim, perspectiva-se a realização das seguintes medidas:

- Informatização dos Processos de Emissão, Edição e Planificação dos Diários da República – DRE – SIGED;
- Work Flow dos processos Internos da Administração Pública.

Programa de Fortalecimento da Segurança e Defesa Nacional

No contexto actual em que as ameaças se tornam cada vez mais graves e incisivas, é crucial os Estados estabelecerem as bases para assegurar continuamente a Defesa e a Segurança Nacional. O Sector da Defesa e Segurança tem por obrigação manter as Forças em prontidão, com condições próprias para desempenhar com maior eficácia as missões que são incumbidas por lei. Este programa visa não apenas a modernização das Forças de Defesa e Segurança, mas também elevar a eficiência operacional, proporcionando ao País uma capacidade defensiva adaptada aos desafios contemporâneos.

Assim, o Governo propõe a realização das seguintes medidas:

- Reforço da formação e capacitação das Forças Armadas e das Forças de Segurança;
- Modernização dos equipamentos militares e da infra-estrutura de segurança, incluindo novas tecnologias para patrulhamento e defesa costeira;
- Criação de um Centro Nacional de Cibersegurança;
- Implementação do Plano Nacional de Segurança Comunitária.

2.5 Eixo V: Integração regional e diplomacia proactiva

A Política Externa desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento do País, enquanto meio para a afirmação dos supremos interesses nacionais e de atracção de investimentos. Neste sentido, a actuação do País será norteada pela defesa dos princípios da manutenção da paz e da segurança, o respeito pelo direito internacional, a defesa dos valores democráticos e os direitos humanos, tendo em vista fortalecer a presença do País no cenário internacional, promovendo parcerias estratégicas para investimentos, turismo e desenvolvimento sustentável.

Para cumprir com esses desideratos, o Governo propõe no âmbito das suas actividades desenvolver os seguintes programas, bem como algumas medidas:

Programa de Promoção do Investimento e Turismo Internacional

O Turismo é a principal componente de exportação de serviços e a sua contribuição como fonte de divisas é superior à das exportações de produtos. No entanto, a contribuição do Turismo no PIB mantém-se ainda deficiente, apesar das potencialidades naturais e da diversidade cultural do País.

Este programa pretende aumentar a competitividade do sector e reforçar o papel do sector enquanto motor do crescimento inclusivo do País, de criação de emprego, diversificação da economia, impulsionado pelo investimento privado. São propostas as seguintes medidas de políticas:

Assim, o Governo propõe a realização das seguintes medidas:

- Criação do Programa de Diplomacia Económica;
- Promover a instalação de Gabinetes de promoção de Turismo e investimento nas Embaixadas ou postos consulares;
- Promover o País como destino turístico e parceiro de negócios, através do fortalecimento da marca «São Tomé e Príncipe» no exterior;
- Expansão da cooperação com países estratégicos e organizações regionais africanas.
- Reforçar os mecanismos de coordenação dos diversos sectores e os parceiros de desenvolvimento para melhor optimizar os projectos as assistências técnicas e os financiamento em prol de desenvolvimento coordenado e sustentável.

Programa de Envolvimento da Diáspora no Desenvolvimento Nacional

A diáspora representa uma percentagem considerável da população santomense, sendo por isso imperativo estabelecer mecanismos para capitalizar as experiências, conhecimentos e aptidões adquiridas pela diáspora santomense para o desenvolvimento nacional. Esta abordagem permitirá não apenas fortalecer os laços com a comunidade, mas também explorar o potencial económico e cultural dessa diáspora, para promover uma colaboração enriquecedora com o País.

Este programa tem como objectivo central envolver activamente a comunidade na diáspora no processo de desenvolvimento do País, enquanto fonte de conhecimento e experiência. Ao estabelecer mecanismos eficazes para a participação da diáspora, o País pode beneficiar significativamente em termos de investimentos, transferência de conhecimento e criação de laços mais fortes com as comunidades no exterior.

Neste sentido, propõe-se implementar os seguintes programas e medidas:

- Definir e implementar políticas públicas que facilitem a melhor integração dos cidadãos no País de acolhimento e a sua participação e contribuição no desenvolvimento de STP;
- Criação de Gabinete das Comunidades no MNECC;
- Implementação do Fórum da Diáspora São-tomense;
- Implementação de incentivos fiscais e facilitadores de investimento para santomenses no exterior que queiram empreender no País.

Programa de Participação Activa nos Fóruns Regionais e Globais

A actuação do País nas organizações internacionais será norteada pela defesa dos princípios da manutenção da paz e da segurança, o respeito pelo direito internacional, a defesa dos valores democráticos e os direitos humanos.

Este programa tem como objectivo promover a reputação internacional e defender externamente os interesses nacionais do País, tendo em vista o fortalecimento da presença global do País, fomentar relações diplomáticas e comerciais positivas, bem como para atrair investimentos estrangeiros.

Nesse sentido, são propostos os seguintes programas e medidas:

- Aprofundamento da participação de São Tomé e Príncipe na CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa);
- Maior envolvimento do País nas Nações Unidas e União Africana, reforçando a presença santomense nos debates globais sobre mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e segurança;
- Regularização das quotas aos organismos internacionais.